

Viver é bom!



» JOSÉ SARNEY
ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Antigamente, o velho era objeto de respeito e reverência. Veja-se o culto que a eles faziam, e ainda fazem, os índios, sendo parte de sua cultura essa marca. Estudando a História, vamos encontrar essa quase divinização dos velhos no fato de serem eles a memória dos povos. Sem escrita, a única maneira de guardar o passado era a memória, e esta, quanto mais antiga, mais longe ia no conhecimento de tudo, dos fatos cotidianos até todos os ramos dos acontecimentos.

Vemos isso no *Fedro*, de Platão, em que Sócrates conta que o deus Thot levou ao rei do Egito, Thamus, a escrita, remédio contra a dificuldade de aprender e recordar. O rei Thamus reagiu: “O que será de nossas memórias, de tudo que temos na cabeça, se o homem vai ter tudo isso armazenado na escrita? Ela só produzirá nas almas o esquecimento dos que a aprenderem, fazendo com que deixem de exercitar a memória; confiando nesse auxílio a escrita, eles deixarão a caracteres materiais o cuidado de recordar as lembranças de que seu espírito terá perdido o traço”.

Os velhos, então, eram os verdadeiros sábios: eram os guardiões da experiência e testemunhas do passado.

Assim, a velhice foi tema constante desde o começo da literatura e continua sendo objeto de reflexão, associada à morte, por parte de filósofos e pensadores.

No tempo bíblico, se vivia muito. E não são poucos os personagens que viviam séculos, o maior deles, Matusalém, avô de Noé, 969 anos, e não sabia quantos filhos, netos e bisnetos tinha, porque todos eram avós e bisavós e já tinham morrido. Até 187 anos, procriou, e Noé, seu neto, até 500 anos. Todos os patriarcas, segundo a *Bíblia*, viveram muito e funcionaram demais.

Há alguns anos, li uma pesquisa sobre a maneira de os brasileiros encararem o envelhecimento, que revelou que apenas 9% dos entrevistados afirmaram não ter nenhum receio do envelhecimento, ou seja, a maioria receia essa fase da vida. O paradoxo é que todos querem envelhecer, desejando chegar, uns, mais pessimistas, aos 76 ou 85 anos, outros, mais otimistas, aos 96, e ainda outros até 120 anos. Todos acreditando nos novos medicamentos, na medicina preventiva e no progresso das técnicas de cirurgia.

A verdade é que é muito bom fazer aniversário e assistir à mudança de ano. Bobbio, o grande politólogo italiano, ao definir sua velhice, disse: “A velhice é muito boa, mas com um grave defeito: dura muito pouco”.

Mas o tempo é uma invenção dos homens. O que

existe é a eternidade, sem começo nem fim. O homem resolveu marcar a vida pelos anos. Nós, cristãos pelo nascimento de Cristo, há 2026 anos, menos que uma gota de água na imensidão dos dias e das noites. Os judeus têm o seu calendário; os chineses, idem; e nós este que seguimos, chamado de gregoriano, porque foi São Gregório que conseguiu essa fórmula de 28 dias em fevereiro; de quatro em quatro anos, 29; e com meses de 30 e de 31 dias — tudo de modo a fechar a rotação da Terra em torno do Sol, nos 365 dias de um ano.

Envelhecer é bom, como dizia Saulo Ramos, meu amigo que em 2013 levou: “A outra solução é pior. Melhor é confessar!”. Concordo. A outra solução é não envelhecer, levado por aquele esqueleto com foice na mão, inspirado em Plutão, ou pela velha Morta, a terceira das Parcas, que cortava o fio da vida tecido por Nona e controlado por Décima, velhas memórias dos romanos.

Jorge Amado me dizia: “Até hoje não encontrei nenhuma vantagem na velhice”. E terminava contando seu encontro com Pablo Neruda depois da separação de longos anos de exílio. Quando Jorge lhe perguntou sobre determinado amigo comum, Neruda respondeu-lhe: “Não me pergunte por ninguém, todos já morreram”.

Isso eu considero o pior de envelhecer: perder todos os amigos de sua geração, um a um, ver indo embora todas as referências da infância, da mocidade, da maturidade e do nosso universo sentimental.

Ainda bem que Deus, como o bondoso Pai que é, nos deu o conforto de nunca os esquecer.

A direita que dividiu o Centrão



» KAROLINA ROEDER
Cientista política, professora
de ciência política e
relações na Uninter e
pesquisadora do INCT
ReDem (Instituto Nacional
de Ciência e Tecnologia
em Representação e
Legitimidade Democrática)

O primeiro turno de 2026 confirmou algo que vinha se desenhando desde 2018. A extrema-direita se consolidou como força eleitoral no Brasil, com quadros, eleitorado e um partido que, mesmo com uma organização frágil, dispõe da maior fatia individual do fundo eleitoral. O capital político de Jair Bolsonaro foi transferido para os filhos, especialmente Flávio, cuja candidatura presidencial funcionou como motor das candidaturas do PL ao Legislativo. O PL elegeu 121 deputados, a maior bancada de um único partido na Câmara desde a redemocratização, e terá a maior bancada do Senado a partir de 2027, com 28 senadores.

Do outro lado, os seis partidos do Centrão — União Brasil, PP, PSD, Republicanos, MDB e Podemos — elegeram juntos 13 deputados a menos que em 2022. Isso chama atenção porque parte desses partidos passou os últimos anos ao lado do bolsonarismo em pautas como a anistia aos condenados do 8 de Janeiro e a oposição sistemática ao governo. Com isso, perderam espaço justamente para o campo político que ajudaram a fortalecer.

O Centrão não é sinônimo de centro ideológico. Os pesquisadores que fazem estudos sobre partidos políticos Bruno Bolognesi, Ednaldo Ribeiro, Adriano Codato e Bruno Fernando da Silva mostram que o centro praticamente desapareceu do sistema partidário brasileiro, e que a direita é predominantemente fisiológica, orientada à obtenção de cargos e recursos mais do que à defesa de programas.

A composição do Centrão não tem uma definição e muda a cada legislatura, os partidos se alinham conforme a matéria em votação. União Brasil, PP e MDB perderam juntos 22 cadeiras, a maior parte delas na federação União Progressista, que, em setembro de 2025, anunciou a saída do governo Lula e o apoio à anistia. PSD, Republicanos e Podemos, por outro lado, ganharam nove cadeiras. O Republicanos merece atenção porque, mesmo próximo do bolsonarismo, tem base própria no eleitorado evangélico e em Tarcísio de Freitas, e por isso não dependeria do PL para ter identidade. Portanto, a disputa no Legislativo de 2026 se deu dentro da própria direita, direita fisiológica x direita bolsonarista, e quem venceu foi o partido que deixou de ser Centrão para se tornar a agremiação da extrema-direita.

Parte do Centrão que mais se aproximou do bolsonarismo e do PL foi vítima de uma estratégia que parecia racional no curto prazo. Esses partidos buscaram ampliar seu poder de barganha diante do Executivo e se proteger de ataques pela direita em suas bases. O custo foi legitimar uma pauta que pertence a outro campo. Experiências de outros países mostram que, quando partidos tradicionais adotam o discurso da direita radical para disputar seus eleitores, raramente são bem-sucedidos. Porque o eleitor que prioriza esses temas tende a preferir o original à cópia.

A força do Centrão sempre esteve nos recursos locais e lideranças regionais, como mostraram as eleições municipais de 2024. Em 2026, a disputa foi mais nacionalizada e polarizada, e tudo indica que o eleitor votou mais por pertencimento político, em boa medida mobilizado pelas redes sociais. Nesse cenário, a direita bolsonarista levou vantagem sobre a direita fisiológica.

O resultado é que os seis partidos terão 234 deputados, cerca de 45% da Câmara e quase o dobro da bancada do PL. E continuarão com mais dinheiro. Como o fundo eleitoral é distribuído conforme o resultado da última eleição geral, o PL deve ficar com cerca de um quarto dos recursos nas eleições municipais de 2028, e o Centrão somará cerca de 40%. É justamente no plano municipal, em suas redes locais, que esses partidos teriam a chance de se recompor e fazer a diferença. O PL segue longe da maioria e precisará desses partidos para qualquer agenda.

Agora, o que muda é a posição de negociação, e o segundo turno vai defini-la. Se a extrema-direita vencer a Presidência, o Centrão tende a se tornar sócio menor de um projeto que não é originalmente seu. Se Lula vencer, o Centrão volta a ser o fiel da balança. É muita ironia do destino a democracia brasileira em 2026 depender do Centrão para sobreviver.

Em qualquer cenário, a parte do Centrão que aderiu ao bolsonarismo parece ter trocado sua autonomia, e a proteção do próprio sistema democrático, por vantagens imediatas. Os partidos tradicionais têm a função de filtrar lideranças e agendas que desafiam as regras do jogo democrático. Quando abrem mão desse papel em troca de ganhos de curto prazo, quem costuma pagar a conta são eles próprios. Em 2026, a fatura chegou nas urnas.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Fim da escala 6 x 1: bala de prata?



» JOSÉ PASTORE
Professor titular aposentado
de relações do trabalho da
Faculdade de Economia da
Universidade de São Paulo (USP)

Folgar dois dias por semana é a parte mais atraente da PEC 221 que acaba com a escala 6 x 1. Pelos mais diferentes motivos, grande parte dos brasileiros sonha em dobrar os dias de descanso na semana. Alguns almejam simplesmente “curtir” mais a família, outros têm planos de estudo e há ainda os que pretendem fazer um bico para aumentar a sua renda.

No mundo desenvolvido, a jornada semanal de trabalho é mais curta — 40 horas e até menos —, mas não se tem notícia que dois dias de folga são garantidos por Constituição, como se pretende no Brasil. Ocorre que isso tem um grave impacto no sistema produtivo e, por consequência, na empregabilidade e na remuneração dos trabalhadores. Veja as consequências abaixo.

A PEC 221 acaba com a escala 6 x 1 e impõe a escala 5 x 2 para todo o Brasil. Isso terá um forte impacto econômico, porque as empresas terão de remunerar dois dias de descanso semanal e não um, como fazem hoje na escala 6 x 1. Só essa despesa encarecerá as folhas de salário em 9,1%, que é um aumento fortíssimo. Os que acompanham as negociações coletivas nas datas-bases sabem que os aumentos de salário, quando ocorrem, ficam entre 1% e 3% acima da inflação.

Para cerca de 1/3 da força de trabalho, haverá

uma redução das horas trabalhadas de 44 para 40 horas por semana pelo mesmo salário. Muitas empresas terão de contratar mais empregados para manter as atividades atuais. Assim é o caso dos hospitais, farmácias, supermercados, postos de gasolina etc. Essa despesa encarecerá as folhas de salário em mais 9,1%, que, novamente, é um aumento fortíssimo.

Para essas empresas, os dois aumentos serão somados, chegando a 18,2% sobre as folhas de salário, que é um incremento salarial estratosférico. As empresas serão forçadas a fazer ajustes que podem ser de quatro tipos. Repasse do aumento da folha de salários para os preços, o que gera inflação e reduz o poder de compra dos trabalhadores. Isso porque eles trabalharão menos, mas continuarão com o mesmo salário. Com tudo mais caro, para eles, será mais dispendioso fazer as compras de alimentos, pagar tarifas de ônibus, e honrar os boletos de condomínio.

Troca gradual de empregados que ganham mais por empregados que ganham menos, o que fará aumentar a rotatividade no trabalho. A rotatividade agrava as condições de incerteza dos trabalhadores e reduz o seu salário em pouco tempo (cinco-seis meses). Substituição de empregados por máquinas e sistemas digitais, o que gera perda de função e desemprego. Muitos perderão os empregos fixos e serão obrigados a fazer “bicos” que não garantem uma renda estável.

Redução do tamanho das empresas e fechamento de filiais, o que comprometerá o crescimento do PIB. Com PIB menor, haverá menos arrecadação dos governos. Faltarão recursos para a educação, saúde, segurança e outros serviços públicos, o

que prejudicará os trabalhadores e suas famílias. É evidente que esses quatro tipos de ajustes recairão inteiramente em cima dos trabalhadores, tornando ilusória a promessa de trabalhar menos e viver melhor. Ao contrário. Eles viverão muito pior.

Os que reconhecerem a inevitabilidade desses ajustes do lado das empresas descobrirão que o fim da 6 x 1 é uma promessa ilusória e que interessa apenas aos políticos que precisam buscar os votos de milhões de trabalhadores. E essa mudança não tem volta, porque será executada por uma emenda à Constituição do Brasil e, como tal, não pode ser revogada por leis ordinárias, medidas provisórias, decretos, portarias etc. Ou seja, será muito difícil reverter essa mudança.

Os senadores estão com uma responsabilidade gigantesca, pois, com uma canetada, podem desorganizar todo sistema produtivo nacional e jogar os prejuízos nas costas dos trabalhadores. Redução de jornada é viável e praticável e vem sendo feita no Brasil, mas ela deve estar ancorada em ganhos de produtividade do trabalho e na prática de negociações coletivas que levam em conta as peculiaridades dos diversos setores. Uma coisa é reduzir a jornada de trabalho das manicures, que desfrutam de grande liberdade, outra coisa é fazer o mesmo com os ordenhadores de lei cujos horários de trabalho têm de seguir o ritmo da natureza.

Aprovar a PEC 221 pode ser uma bala de prata para a disputa eleitoral do segundo turno. Mas é evidente que isso exige um estudo profundo do Senado Federal, assim como testes e projetos piloto (experimentais) para não prejudicar exatamente os que mais sofrem — os trabalhadores de baixa renda e que já trabalham muito.